

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA



Rua Fidalga 548, sala 13
05432-000 São Paulo/ SP/ Brasil
Tel/Fax 011- 2121520
Em Macapá: 096-2126145
e-mail: gallois@dialdata.com.br

São Paulo, 05 de Junho de 1997.

Ilmo.Sr.
Rômulo Maiorana Junior
Diretor Geral do Jornal O Liberal
Belém
fax: 091- 246 8963

ref.: direito de resposta em relação às seguintes notícias, veiculadas por esse jornal:
MP investiga garimpo ilegal 17.12.96; Índios Waiãpi dão nova chance ao CTI 16.04.97; Waiãpi divididos sobre a mineração 10.04.97; Polícia procura geólogo do CTI 18-05-97

Senhor Diretor Geral,

Tendo em vista as frequentes notícias veiculadas por este jornal que vêm sistematicamente dirigindo graves e violentas acusações ao Centro de Trabalho Indigenista - CTI, vimos pela presente exigir direito de resposta, através da publicação da carta aberta que segue em anexo.

Lamentamos que este jornal não tenha até o presente momento procurado acompanhar de maneira idônea e imparcial os graves acontecimentos que culminaram com a suspensão do projeto

Lamentamos também que tais notícias inescrupulosas jamais levem em conta a opinião dos maiores interessados no andamento do projeto, os próprios índios Waiãpi, representada pelo Conselho das Aldeias Waiãpi / APINA, que congrega 12 aldeias. As notícias veiculadas no jornal só dão conta da voz isolada de três Waiãpi relacionados à Missão Novas Tribos, um dos agentes interessados nesta campanha de difamação. Os demais Waiãpi acabam sendo tratados por este jornal como

“incompetentes assistidos”, incapazes de terem vontade e opinião própria sobre o destino de sua própria comunidade, o que nos leva a perguntar quais seriam, na verdade, os interesses que tais notícias vêm defendendo.

Lembramos ainda que este jornal tem ferido gravemente a idoneidade ética e profissional de todos aqueles que trabalham para o CTI, que com ele simpatizam ou que manifestam seu apoio ao projeto em questão.

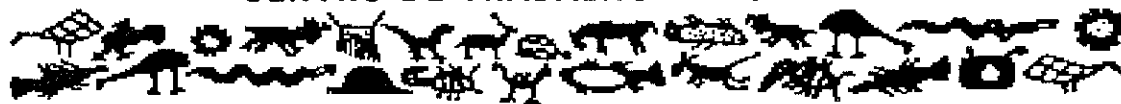
É urgente, portanto, que estes profissionais e a própria comunidade Waiãpi sejam escutados e levados em consideração nos noticiários desse jornal.

Sem mais para o momento,

Profa.Dra.Dominique T.Gallois
Coordenadora do Programa Waiãpi
Centro de Trabalho Indigenista

c/c PAULO SILVA - Editor Assistente - Macapá
e-mail: oliberal@brasnet-online.com.br

CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA



Rua Fidalga 548, sala 13
05432-000 São Paulo/ SP/ Brasil
Tel/Fax 011- 2121520
e-mail: gallois@dialdata.com.br

São Paulo, 23 de maio de 1997

Prezados Amigos,

Frente a campanha difamatória que vem sendo deflagrada em Macapá e Belém por diversos interessados em destruir o trabalho que, de longa data, vem sendo desenvolvido junto aos Waiápi do Amapá no sentido de contribuir com seu processo de autonomia e de auto-gestão, estamos encaminhando uma Carta Aberta, que busca informar o que de fato está ocorrendo na área. Contamos com o apoio de todos para que sejam devidamente esclarecidos os reais motivos desta campanha, divulgando a carta anexa.

Centro de Trabalho Indigenista

Carta aberta do Centro de Trabalho Indigenista

A situação dos índios Waiãpi no Amapá representa um exemplo pioneiro na luta das comunidades indígenas em busca de alternativas capazes de garantir sua autonomia cultural. Pois sabe-se de longa data que não haverá preservação, cultural nem ambiental, sem desenvolvimento.

Como em outras partes da Amazônia, os Waiãpi foram duramente atingidos pela invasão de garimpeiros. No final dos anos 60, o primeiro impacto levou à morte um grupo local inteiro no leste da área; doenças antes desconhecidas também mataram 40 pessoas nas aldeias do Aroá, onde os índios experimentavam a convivência com invasores. A chegada da Funai, concomitante à abertura da Rodovia Perimetral Norte, não conseguiu conter as invasões que prosseguiram até os anos 80. Além de marcas indelévels na composição da etnia, deixaram rastros de destruição em vários pontos da área.

Hoje, entretanto, a área está livre de invasões. Não foram as iniciativas da Polícia Federal, nem da Funai suficientes para garantir esta situação. Foram, sim, os Waiãpi que se organizaram para expulsar os garimpeiros, ocupar e vigiar permanentemente os limites de sua terra.

Assim, em 1994, optaram por um modelo de demarcação que garantiu não só sua participação, como lhes permitiu obter meios concretos para a vigilância de sua terra. Não aceitaram a contratação de uma empresa e assumiram a condução dos trabalhos de campo, com assessoria técnica na área de geodesia e topografia. A demarcação, concluída no início de 1996, foi homologada. É esta terra que os Waiãpi querem continuar defendendo, através de seu sistema de ocupação territorial disperso, que garante tanto a fiscalização quanto a diversificação de alternativas econômicas graças às quais eles vem afirmando seus direitos à exploração exclusiva dos recursos naturais desta terra.

O motor deste processo foi a iniciativa dos Waiãpi do norte e centro da área, em assumir para si a faiscação de ouro aluvionar nas grotas antes exploradas por garimpeiros. Aprenderam a garimpar com os invasores, adotando suas técnicas precárias, o uso de mercúrio, o abandono das zonas trabalhadas sem nenhuma recuperação, etc... Estes procedimentos foram revertidos e a atual prática de garimpagem - em escala familiar e ritmo sazonal - é condizente com a preservação ambiental. Essa atividade extrativista, inserida no ciclo tradicional de atividades de subsistência, articula-se à outras atividades voltadas à comercialização: coleta de essências e frutas, artesanato e plantios consorciados de pupunha e cupuaçu em trechos das picadas abertas na demarcação. A produção de ouro aluvionar constitui, segundo os Waiãpi, uma alternativa prioritária não apenas em função do valor comercial do ouro - para adquirir bens

industrializados - mas por representar o produto mais evidente do controle que exercem sobre sua terra. Ao assumir a garimpagem de ouro em caráter exclusivo, inviabilizaram o acesso dos invasores. O ouro do Aimã, entretanto, continua sendo cobiçado pelos garimpeiros que conhecem o local como "Esquadrão da Morte" e que tentam ainda voltar à área antes conhecida como "Monte Negro", que os Waiãpi rebatizaram "Okakai": "a casa queimada", referindo-se às instalações dos invasores que eles destruíram em 1991, recuperando definitivamente esta porção do território.

É neste contexto de defesa territorial, articulada à busca de alternativas econômicas que se enquadra a atuação do Centro de Trabalho Indigenista / CTI, uma organização não-governamental que vem apoiando, desde 1991, demandas da comunidade Waiãpi representada pelo Conselho das Aldeias / APINA, nas áreas de educação, capacitação à auto-gestão e saúde.

No que toca à garimpagem indígena, a assessoria técnica prestada pelo CTI consistiu em orientar os Waiãpi no sentido de adequar seu sistema de produção à preservação e sustentabilidade da atividade. Esta primeira etapa de assessoramento obteve pleno sucesso, como bem sabem os compradores de ouro em Macapá, que adquirem a pequena produção dos índios, obtida sem mercúrio; os resultados da orientação do CTI também pôde ser constatada pelos técnicos que visitaram as áreas de trabalho dos Waiãpi, recuperadas com plantios.

Ou seja, o trabalho do CTI junto aos Waiãpi consiste basicamente em subsidiar suas iniciativas para um plano comunitário de proteção da terra e de potencialização de alternativas econômicas que visam romper com o modelo destrutivo que os afetou nas décadas de 70 e 80, como ocorreu em praticamente todas as áreas indígenas na Amazônia. Nas terras dos Yanomami, Kaiapó, Munduruku, Parakanã, Sararé, etc., extensos danos ecológicos e graves perturbações sociais continuam afetando o futuro das comunidades. As perdas territoriais, o empobrecimento dos recursos naturais indispensáveis à sobrevivência são apenas algumas facetas da crise. Somam-se às extorções nas trocas, à cooptação de lideranças, à adoção de práticas econômicas típicas de um sistema de dependência que, em nenhuma área indígena, nunca será compensada nem pela compaixão de ajudas pontuais, nem pelo assistencialismo. A crise tampouco será resolvida pela aplicação autoritária de medidas proibitivas às alternativas assumidas pelos índios. Não devemos esquecer que eles foram inseridos brutalmente no modelo de desenvolvimento destrutivo que predomina na Amazônia, que induziu inúmeras comunidades à venda de madeira, aos contratos com garimpeiros, à comercialização indiscriminada de produtos naturais sem nenhuma seleção ou controle de sustentabilidade. Diante da total ausência de orientação, muitos grupos foram levados à abrir suas terras à exploração indiscriminada, em troca de benefícios imediatos para suprir necessidades que adquiridas na convivência com os invasores e com o sistema assistencialista operante em todas as áreas.

Foi para se excluir deste processo histórico de destruição que os Waiãpi idealizaram, enquanto executores da proposta, o projeto *"Despoluição de áreas da TI Waiãpi degradadas por garimpo"*, com assessoria do CTI. O projeto foi submetido ao Ministério do Meio Ambiente e aprovado em novembro de 1996, no quadro do PD/A. Visa recuperar a área do igarapé Aimã, afetada pelas invasões. A despoluição da bacia será feita com maquinário adequado, para limpar o que for possível do mercúrio deixado pelos garimpeiros, que será remetido ao IBAMA. O ouro que será obtido como produto secundário do processo de despoluição será gerenciado pelos índios para atender demandas de interesse coletivo. A meta do APINA é efetivamente a de recuperar, com o trabalho dos próprios Waiãpi, uma bacia central em sua terra, que eles se propõe transformar, no decorrer do processo, numa plantação de frutíferas.

A polêmica instaurada contra este projeto - que é parte de um programa mais complexo de ações educativas idealizadas conjuntamente pelo CTI e pelo APINA - foi desencadeada pelo Procurador da República em Macapá, mal informado a respeito dos antecedentes do projeto e, por isso, questionando as características técnicas (na área ambiental, geológica e antropológica) inscritas no limitado espaço do formulário do projeto. Por desconsiderar as informações objetivas repassadas pelo CTI e por representantes do APINA, a intervenção do Procurador acabou se apoiando exclusivamente nos comentários do funcionário da Funai local Dilson Marinho - contra o qual pesam sérias acusações dentro do próprio órgão indigenista oficial - de missionários da Novas Tribos e de quatro índios Waiãpi de um mesmo grupo local, os únicos dissidentes com relação à proposta, num total de 472 moradores das 12 aldeias representadas no APINA. Aliás, numa reunião ocorrida em Macapá no início de abril, para discutir a proposta na presença da Procuradoria e órgãos ambientais, esses quatro índios não confirmaram suas dúvidas em relação ao projeto.

Qual seja, foi com base em informações parciais que, precipitadamente, impediu -se a implantação do projeto, imediatamente após sua aprovação. É grave o equívoco quanto ao teor do projeto quando se alega - sem oferecer dados comprobatórios indispensáveis à acusação - que o CTI desenvolve atividade "de mineração" na área. Primeiro porque a única atividade em curso é a de fiação que os índios são os únicos a exercer na área há dez anos. Segundo, porque o projeto de despoluição, que inclui técnicas de garimpagem devidamente corrigidas, a serem executadas pelos Waiãpi, apoia-se no direito exclusivo dos índios em garimpar ouro aluvionar, assegurada pelo artigo 44 do Estatuto do Índio. O que é certo, em todo caso, é que tal equívoco foi habilmente apropriado por outros atores da intriga, que se apressaram de fazer cômico e ampliar uma campanha de difamação contra o CTI com a intenção de impedir os Waiãpi de despoluir

sua terra, obtendo, concomitantemente, recursos para suprir de forma autônoma suas necessidades em bens e serviços.

É particularmente significativa a intervenção do Deputado Federal Feijão, que há vários anos tem manifestado seu desrespeito pelas conquistas obtidas pelos Waiãpi, não apenas em controlar as invasões, como na demarcação de suas terras. O que pensar quando vozes com interesses tão diversos se juntam para destruir um projeto que responde às expectativas da comunidade na construção de sua autonomia? Como questionam os Waiãpi, nenhum dos atores desta campanha difamatória jamais respondeu à sua demanda de alternativas para obter e gerir recursos necessários ao seu plano de fiscalização permanente da área. Os Waiãpi inconformados com a incompreensão dessas pessoas em relação às vitórias que acumularam nos últimos anos, na defesa de sua terra e sobretudo em seu esforço em deixar de ser pedintes assistidos para se tornarem produtores, preocupados em diversificar alternativas econômicas selecionadas e ambientalmente controladas.

E lamentável que o Procurador em Macapá, representantes do IBAMA e da SEMA local, assim como alguns funcionários da ADR FUNAI, cujas vozes vem sendo agora ampliadas pelo Deputado Feijão, estejam se amparando numa argumentação falsa de que praticamos “mineração ilegal” na área indígena. Este é o leit-motiv das matérias tendenciosas publicadas na imprensa de Belém e Macapá, numa campanha difundida também na Voz do Brasil. Como não há mineração, e portanto não há provas, os autores da campanha se utilizam de recursos indiretos. Vejamos dois exemplos:

A acusação mais absurda é a suposta abertura de uma pista de pouso na região do Aimã. A pista não existe, como pode ser facilmente comprovado com uma visita ao local ou por foto-satélite. Mesmo assim, o IBAMA local multou o CTI por uma pretensa derrubada de 5 ha. Note-se que os guardas do Instituto não chegaram até o local e apoiaram o auto de infração em dados indiretos, fornecidos por Dilson Marinho. Fomos multados por ajudar os índios a derrubar uma área destinada às suas atividades agrícolas! Vale lembrar que pistas de pouso são uma reivindicação antiga dos Waiãpi para a retirada de seus doentes. Mas nunca o CTI se dispôs a abrir pistas, atividade que não nos compete, além de acreditarmos que é possível investir num trabalho de saúde no qual enfermeiros circulem por todas as aldeias. Além, esse trabalho, sim, é visível e vem sendo realizado com apoio do Governo do Estado do Amapá, melhorando sensivelmente as condições de assistência nas aldeias, inclusive as mais distantes. Note-se ainda que uma pista existe de fato no norte da área (nitidamente identificável por foto-satélite) e que deveria ter sido objeto de autos de infração: a que foi aberta na década de 80 pelos invasores que os Waiãpi expulsaram em 1991. Nesse caso, nem o Procurador, nem o IBAMA, nem Dilson Marinho se

preocuparam em multar e pedir indenização em favor dos índios afetados pelo desmatamento e pelo saque dos recursos naturais de sua terra.

Outro absurdo é alegar más intenções do CTI no que diz respeito aos requerimentos apresentados ao DNPM, em 1994, pelo índio Kurapia, escolhido pela comunidade para ser seu porta-voz (pois o APINA não estava ainda formalizado) desta estratégia de bloqueio da área indígena diante de uma concreta ameaça de invasões. Nesse período, os garimpeiros - aliás já representados pelo Deputado Feijão - haviam lançado uma campanha contra o CTI, tentando sem sucesso desestabilizar o trabalho da entidade na área que pretendiam invadir. E são as acusações absurdas de “escravidão indígena” difundidas naquela época que vem sendo retomados pelos autores (os mesmos) da nova intriga contra nosso trabalho. O que a atual intriga procura demonstrar agora é que o índio Kurapia nada sabe dos requerimentos registrados em seu nome. Para desfazer mais este pedaço da intriga, bastaria indagar os métodos adotados por Dilson Marinho no questionamento em que envolveu Kurapia e, mais simples ainda, pedir esclarecimentos aos representantes do APINA, à respeito do assunto.

Os requerimentos registrados em nome de Kurapia foram idealizados quando a área ainda não estava demarcada e os índios estavam preocupados com possíveis invasões nos locais onde eles praticavam garimpagem. A legislação corrente sobre garimpagem possuía uma sutileza que poderia ser usada contra o trabalho dos Waiãpi e levantar problemas quanto ao exercício da auto-gestão de sua produção de ouro aluvionar. Qualquer requerente considerado prioritário poderia proibir a garimpagem na área de seu requerimento, mesmo que fosse indígena, dono da terra. Afinal, a garimpagem é exclusividade do índio, mas não prioridade. A única maneira de bloquear este procedimento seria antecipar a ação, e requerer em benefício do índio. Por este motivo, em discussão aberta com a ADR Funai local e com o Núcleo de Direitos Indígenas em Brasília, o CTI avaliou que a medida seria indispensável para conter as invasões. Inclusive porque, fora esta estratégia de requerimentos idealizada pelos Waiãpi, nunca houve nenhuma ação preventiva contra as invasões da área.

Finalmente, cabe esclarecer que a inexistência de lei que regulamente a mineração em áreas indígenas desautoriza qualquer especulação quanto à concessão efetiva de direitos à pesquisa, prerrogativa constitucional do Congresso Nacional e não do DNPM. É absurda, então, a construção maldosa no artigo publicado no Liberal, que se centra na existência de um suposto documento falso no dossiê do DNPM, que nada mais é que uma documentação provisória encaminhada pelo geólogo assessor para constar nos registros daquele Departamento, mesmo porque nunca houve concessão de pesquisa em terras indígenas. Tais requerimentos nem são analisados no órgão pela absoluta ausência de normas. Ou seja, nunca houve nenhuma especulação de nossa parte nem de parte dos índios sobre o futuro dos requerimentos, encaminhados como medida preventiva -

insistimos, a única que jamais foi tomada - e que hoje não representam mais uma barreira necessária, já que a área está demarcada, homologada e os Waiãpi fortalecidos, no sentido de recusar qualquer iniciativa de cooptação e invasão de suas terras.

Quem é responsável pelos estragos ambientais e sociais perpetrados pelos garimpeiros na terra dos índios Waiãpi no Amapá, onde as invasões foram contidas por iniciativa dos próprios índios ?

O deputado Feijão, as associações de garimpeiros, a USAGAL ? O Procurador da República em Macapá ? A New Tribes Mission ? O funcionário Dilson Marinho na ADR Funai ?

Ninguém se pronuncia sobre estas responsabilidades, nos textos e dizeres difamatórios que lançaram contra o CTI e contra os próprios Waiãpi representados pelo APINA. O que é certo, é que, por motivos dos mais diversos, os atores engajados nesta campanha caluniosa, pretendem inviabilizar a continuidade do processo de autonomia em que os Waiãpi estão engajados. A Funai local prefere continuar tratando os índios como assistidos incompetentes, justificando assim sua presença, ou seja, salários para mais de 40 pessoas sediadas em Macapá, que nunca tiveram condições, nem interesse, em apoiar as demandas concretas dos índios. Como dizem os Waiãpi, a maioria desses funcionários nunca lhes ensinaram nada, nem são capazes de manter a Casa do Índio em condições mínimas para atendê-los. Os missionários (retirados da área por iniciativa exclusiva da Funai) devem estar interessados em afastar o CTI para justificar seu retorno à área, oferecendo serviços assistenciais em troca de sua única meta: a evangelização de mais um grupo de "primitivos". Pois é exatamente esta a imagem dos índios que agentes assistencialistas necessitam difundir para justificar sua presença. Por este motivo, optaram por juntar sua voz à dos inimigos dos índios mais claramente identificados no cenário nacional: os garimpeiros, representados pelo Deputado Feijão. Na posição que assumiu, aliás, Feijão ainda deve proposições concretas de apoio à garimpagem, no sentido de fornecer aos seus eleitores assistência técnica, legal e ambiental. Porque não encaminhar tais propostas ao PD/ A como os índios Waiãpi e o CTI o fizeram ?

A articulação entre um funcionário subalterno da Funai, missionários evangélicos e parlamentares ligados às associações de garimpeiros é sem dúvida a característica mais interessante da campanha de difamação contra o CTI e contra a autonomia dos índios Waiãpi. Significativamente, eles também procuram atingir o Governador Capiberibe, defensor dos programas do CTI e do APINA, justamente por se tratar do primeiro e único governador daquele Estado a ter levado a sério um programa de desenvolvimento sustentável em que os índios são parte privilegiada. Justamente por serem autores de propostas pioneiras.

São Paulo, 22 de maio de 1997.

Dominique T.Gallois
Coordenadora do Programa Waiãpi
Centro de Trabalho Indigenista
tel/fax: 011- 2121520
e-mail: gallois@dialdata.com.br